

A escrita literária dos beneditinos na Bahia do século XIX: história das práticas de escrita e de leitura e suas aproximações com a circulação de impressos

Benedictine literary writing in 19th century Bahia: history of writing and reading practices and their approximations to the circulation of printed matter

Márcia Gabriela de Aguiar Barreto

Graduada em História pela Universidade Federal da Bahia (1997), mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2007) e doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (2017). Professora convidada no Curso de Pós-graduação/Especialização em Estudos Culturais da UNIJORGE e História da Bahia na UCSal. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Religião e Religiosidades no Mundo Atlântico (UFRB).

Resumo: As experiências de escrita que se desenvolveram no mosteiro de São Bento na Bahia oitocentista estavam, em parte, vinculadas ao cotidiano da vida claustral, como os registros do funcionamento da casa que informavam o seu patrimônio e as receitas e despesas ao longo do tempo; das vidas dos monges e das cerimônias e votos de consagração; das atas capitulares; e dos sermões, mas estavam também a serviço de uma missão reformadora e civilizadora na qual se destacava a escrita literária veiculada nos periódicos do século XIX. A participação dos monges beneditinos nos círculos literários da época não somente atendia ao apelo civilizatório da literatura como também buscava atender ao apelo moralizante, encontrando-se esta escrita eivada dos princípios da Religião.

Abstract: The writing experiences that developed in the monastery of São Bento in Bahia in the 19th century were, in part, linked to the daily life of the cloister, such as the records of the functioning of the house that informed its patrimony and the income and expenses over time; the lives of the monks and the ceremonies and vows of consecration; Chapter minutes; and sermons, but they were also at the service of a reforming and civilizing mission in which literary writing in the 19th century periodicals stood out. The participation of Benedictine monks in the literary circles of the time not only met the civilizing appeal of literature, but also sought to meet the moralizing appeal, with this writing rife with the principles of Religion.

Introdução

No periódico *A Ephoca Literaria*, publicado em 1850 na cidade da Bahia, o editor buscava afirmar-se diante das novidades trazidas por uma nova literatura, que servia apenas de “pas-

sa-tempo”. De acordo com o periodista, o folhetim era uma moda que agradava, em especial, ao público feminino, porque “a maioria das senhoras [eram] pouco dadas às políticas, sciencias, belas letras e artes”. Por outro lado, eram “mui afeiçoadas á litteratura amena e chocalheira”. Os novos costumes burgueses trazidos pelo século XIX, salões de leitura, teatro, casa de moda, casa de pasto, passeios e diversas outras formas de convívio social, mediadas pela expansão da cultura escrita e dos romances, eram também temidos por sua possibilidade de desestruturação social. Para o editor de *A Ephoca Litteraria*, um jornal que não seguisse o padrão folhetinesco seria considerado pelas mulheres “tão freirático e capucho, como um vestido liso, sem barra, folho, ou requife”. A preocupação do periodista era que sua revista pudesse se constituir como uma alternativa útil frente à imprensa de “frivolidades”.¹ O receio manifestado em relação aos novos padrões de comportamento, que se verificavam tanto na moda quanto na escrita literária, oriundos da França sacudida pelas revoluções de finais do século XVIII e das décadas de 1830 e 1840, era também o temor da Igreja Católica em reforma no Brasil e na cidade da Bahia. O medo de que tais padrões ligados a uma vida mais liberal pudessem desarticular a ordem pública, em especial, no que tangia ao papel da mulher, terá destaque na escrita de sermões, jornais e folhetins orientados pela Igreja.

Contudo, a tomada da cidade pelas novas práticas de escrita e de leitura não ocorreu de maneira repentina nem deixou de lado a oralidade no século XIX. Desde o período colonial, circulavam estandartes, cartazes e pasquins em manifestações religiosas e políticas pelos centros urbanos do Brasil. O escrito se encontrava, também, na numeração das moradas e repartições públicas, nas cartas e bilhetes, nos documentos oficiais e registros eclesiásticos (ROCHE, 2011: 193-194). Além disso, a familiaridade com a escrita e a leitura se ampliou através das formas coletivas de acesso por meio das associações religiosas, literárias, acadêmicas e do compartilhamento de livros nos gabinetes e bibliotecas públicas e privadas. No universo citadino, as práticas e usos da escrita se tornaram múltiplos e, no interior das instituições eclesiásticas, eles foram ainda mais amplos.

Dessa forma, os casos de moças inocentes arrebatadas pelo amor romântico, tantas vezes culpado por tais descaminhos em novelas, folhetins e romances publicados nos periódicos do século XIX também inspirou romances escritos por dois monges beneditinos na Bahia oitocentista, frei Manoel de São Caetano e frei Marianno de Santa Rosa de Lima. Na primeira parte do presente artigo, apresentamos e analisamos as prosas de ficção oriundas das penas beneditinas e traçamos uma breve biografia dos monges realizando o enquadramento histórico de suas escritas no cenário literário da Bahia. Na segunda parte discutimos o alcance dessa produção literária no contexto da circulação dos ideais românticos, dos modelos literários bem como o papel da literatura na definição dos costumes e padrões de moralidade.

1. *A Ephoca Litteraria*, 01 de maio de 1850.

A novela-folhetim *Emílio*, escrita por frei Manuel de São Caetano

A pequena novela saiu à luz sob o título de *Emílio* e foi publicada em *O Crepusculo*, entre os meses de agosto de 1845 e janeiro de 1846, na Seção Variedades, em nove capítulos.² O monge beneditino frei Manoel de São Caetano Pinto nasceu na cidade da Bahia em 12 de fevereiro de 1825 e tomou hábito, em 1839, aos 14 anos. Publicou o romance aos 21 e, devido à precocidade de sua experiência literária, refugiou-se nas iniciais do nome no momento de assiná-lo (SALLES, 1973). Não concordamos inteiramente com tal hipótese, pois era comum o uso de abreviações na assinatura dos textos nos jornais e, além disto, em fevereiro de 1847, o diretor de *O Crepúsculo*, Abílio Cezar Borges, publicou uma lista dos colaboradores na qual consta o nome de frei Manoel de São Caetano Pinto.³ De todo modo, outros articulistas assinavam o nome por inteiro, o que nos leva a ponderar que o uso de abreviatura pelo monge beneditino para a assinatura de seus textos pode revelar que o autor não se sentisse tão à vontade no manejo da pena. Talvez este desconforto se devesse não apenas à sua juventude, mas, também, ao fato de pertencer a uma ordem monástica marcada pela disciplina, que incluía os limites sobre o que se poderia ler e escrever, regulados tanto internamente pela Regra de São Bento, pelo Plano de Estudos e pelo Cerimonial Monástico quanto externamente pelas encíclicas e pastorais (AUTOR, 2017).

Ordenado sacerdote em 1847, frei Manoel de São Caetano alcançou o cargo de abade geral dos beneditinos em 1855. Segundo a crônica do Dietário, o monge era filho de João Vicente Tourinho e de Maria Eufrosina Tourinho. Um ano após a sua ordenação, recebeu a patente de professor de Filosofia e “com muita proficiência ensinou aos seus jovens irmãos de hábito, bem como a um grupo de seculares”. Dois outros episódios da vida de frei Manoel de São Caetano lembrados no Dietário estavam relacionados à construção de uma memória implicada no projeto de civilização em curso no século XIX. Por isso, destacou-se sua participação na reforma da capela-mor da Igreja na qual mandou pintar um painel com o martírio de São Sebastião no teto, e na libertação dos escravos da Congregação Beneditina, no período de 1866 a 1872. Ao longo da sua vida religiosa, foi também mestre de Coristas, conselheiro, visitador, secretário e abade da Bahia, do Rio de Janeiro e Geral. O monge novelista faleceu em 1 de outubro de 1905, no mosteirinho de Montserrat.⁴

O enquadramento de sua obra *Emílio* como novela já constava no título. Mas, a exemplo de outras obras literárias publicadas nos jornais oitocentistas, era definido como folhetim, gênero nascido na França desde 1830 e que se popularizou no Brasil logo em seguida. Segundo Mar-

2. Além de consultarmos a edição digital de Emílio em *O Crepusculo* periódico instructivo e moral do Instituto Literario da Bahia, da 1ª a 12ª edição, publicadas pela Typ. do Correio Mercantil, consultamos, também, a edição fac-similar publicada e comentada na obra: SALLES, **Primeiras manifestações da Ficção na Bahia**. A versão digital se encontra disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 dez 2015. Para nossa análise, utilizamos a edição fac-similar.

3. *O Crepusculo*, 02/1847, ed. 6, v. 3. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

4. *Dietário do Mosteiro de São Bento da Bahia*, v. 2..., fl. 465. Ver, também: ENDRES, **Catálogo dos Bispos Gerais...**, p. 352-353.

lyse Meyer (2005), o termo era inicialmente indicador da parte do rodapé dos jornais destinada à publicação de variedades como charadas, piadas, críticas literárias. Aos poucos, este espaço de “recreação” dos periódicos foi se convertendo em atrativo para novos leitores, ao publicar romances em “fatias seriadas” como estratégia de baratear o livro e angariar subscrições para os jornais. O romance folhetim como gênero se estende em três fases ao longo do período de 1836 até 1914. Os folhetins produzidos pelos beneditinos se enquadram na primeira fase, de 1836 a 1850 (MEYER, 2005: 57-61).

Muitas vezes criticada como literatura industrial, os folhetins são defendidos por Meyer (2005) como uma estratégia de acesso e de divulgação das obras de jovens literatos tanto na Europa como no Brasil. A partir de 1840, quase toda produção literária em prosa era publicada em folhetim e, depois de consolidado seu sucesso, encadernada como livro. Como exemplos, a autora cita as obras dos franceses Eugène Sue e Alexandre Dumas, leituras obrigatórias nos círculos intelectuais baianos, inclusive entre os clérigos, e autores brasileiros, a exemplo de José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo e Machado de Assis. O romance-folhetim atravessou os mares e se tornou responsável pelo “alargamento e atualização do consumo de ficção”, no Brasil, em todas as províncias em que o fervilhar dos periódicos revelava o trabalho dos tipógrafos e editores que mimetizavam os jornais da França e, também aqui, conquistavam um público fiel ao novo gênero literário caracterizado por diversidade temática, pela narrativa em suspense, pelo ritmo ágil da escrita e pela apresentação em fascículos que almejava a fidelidade ao periódico (MEYER, 2005, p. 281-282). O trabalho das tipografias e casas editoras, independentes ou ligadas aos jornais, se intensificou bastante no século XIX e o romance folhetim pode ter sido uma estratégia para garantir o trabalho de suas pranchas.

Se, de um lado, o folhetim teve influência sobre o processo de escrita de ficção no Brasil e serviu de modelo ao romance clássico, de outro, interferiu também nos modos de ler oitocentistas, ao favorecer o controle do leitor sobre o tempo da leitura dos fascículos, possibilitar releituras de um mesmo número diversas vezes e, ainda, a escolha de reunir os diversos capítulos em único volume ou não, subvertendo a ordem da narrativa quando bem desejasse. Ainda de acordo com Meyer (2005), para a maioria dos críticos dos folhetins, a apresentação dos romances em partes é apontada como responsável pela fragmentação da obra, levando a uma perda do sentido da leitura pelo leitor. No entanto, a autora ressalta

[...] a liberdade de se construir um prazer picado por escolha: a volúpia-tortura que cada um pode se infligir quando resolve, porque assim o deseja, interromper e divagar, ou pular um trecho para muitas vezes ter de voltar, ou ainda protelar a satisfação da solução que mata o desejo, ou simplesmente suspender, adiar o FIM que traz o fim do prazer e o exílio daqueles mundos de fantasia. (MEYER, 2005: 316)

A novela-folhetim *Emílio*, escrita por frei Manoel de São Caetano, estava em sintonia com esse modelo de escrita em circulação no século XIX, aproximando as penas de autores brasileiros e franceses. O enredo da obra apresentava as aventuras amorosas de um mancebo de

25 anos e fisionomia triste, de celestial formosura, pensativo, romântico, inconstante e volúvel. Uma “figura airosa, bela e de maneiras insinuantes”. A heroína, por sua vez, era uma moça ingênua e casta chamada Fausta, “bela como a violeta das campinas, graciosa como o romper d’aurora, pura como um pensamento angélico”. A donzela possuía “um olhar prazenteiro, face bela e mimosa” que sugeriam a idade de 18 anos. Embora o pai de Fausta seja citado, não ficamos sabendo seu nome e suas ações na trama não passam do fato de ter sido ele a sugerir que a família fosse passar as festas em um sítio, nos arredores da cidade. Talvez a presença pouco marcante do pai seja o mote para as desventuras de Fausta. Por outro lado, Flava, a mãe, e Tadeu, o irmão, são personagens destacados no enredo. Outros dois personagens fazem parte da trama: Júlia, a criada dissimulada e amante de Emilio; e Salustio, o amigo de infância e jagunço de Tadeu.

A novela conta como Emílio se apaixonou, de maneira “violenta”, por Fausta que vivia feliz e inocente sem conhecer o “amor borboleta” que seduzia e levava ao sofrimento. O amor romântico é representado pela associação com o sofrimento, quando o protagonista afirma: “Fascinou-me a alma, matou-me o coração”. A alusão ao sonho e o cenário tenebroso bem ao gosto do romantismo são, mais uma vez, explorados pelo novelista beneditino:

A noite com suas pesadas, e negras asas cobria a face da terra – o maior silêncio reinava no Universo – apenas ao través do sussurrar dos ventos mal se distinguia a monótona cantilena do grilo, ou os tétricos guinchos de agoureira coruja: toda a natureza estava em um profundo descansar... Só Emílio, com a cabeça recostada de sobre o seu braço ao pé de uma mesa, donde um candeeiro, semelhante a de mortos lançava pálida, e amortecida luz que se bruxuleando, e se refletindo sobre as alvas paredes, e a melancólica fisionomia do mancebo apresentava um contraste singularíssimo!⁵

A viagem da família de Fausta para a casa de campo a fim de passarem “a festa” em meio a pomares e jardins é uma contraposição à cidade e a toda a vida urbana, símbolos do estilo burguês. O encontro de Fausta e Emilio, patrocinado por Júlia, foi narrado com juras de amor e a entrega de um bilhete lido na intimidade de seu gabinete. No capítulo seguinte, frei Manoel de São Caetano apresentou aos leitores a explicação sobre o artifício usado por Emílio para invadir o jardim: de longe, ao observar Fausta, reconheceu Júlia, que fora criada na casa do seu pai e, “por força de recompensas e prêmios”, os dois combinaram a surpresa no jardim. O artifício de manter os leitores presos ao enredo da novela, deixando alguns episódios por explicar ou algumas cenas por completar, foi largamente utilizado. Diante da insistência de Emílio, Fausta cedeu às investidas do mancebo. Nesta passagem da novela, o autor fez uma crítica aos pais que entregavam a educação de suas filhas às criadas e agregadas porque as conduziam à “perdição da inocência”.⁶

No quarto capítulo, Emílio descobriu que Tadeu era irmão de Fausta e ganhou a confiança da família, que passou a visitar com frequência também em sua casa da cidade. Aqui, mais

5. Frei Manoel de São Caetano, **Emílio**, edição fac-similar publicada e comentada por SALLES, **Primeiras manifestações da Ficção na Bahia...**, p. 39.

6. Frei Manoel de São Caetano, **Emílio...**, p. 41.

uma vez, o autor se colocou, enaltecendo o caráter simples de Tadeu, que tinha uma postura modesta e grave, raro no “século das luzes”⁷. O irmão de Fausta não encarnava o comportamento liberal burguês do século XIX. O resultado da liberdade é a narrativa da desgraça de Fausta, seduzida e grávida, que sentia o desprezo de Emílio, continuando a frequentar sua residência porque temia a reação de Tadeu, caracterizado pela “pureza de costume”.

A família logo percebeu a tristeza da moça e Tadeu, indignado com a perdição da irmã, se dirigiu “ao seu gabinete” e traçou “grossos caracteres” enviados a Salústio. Assim em suspense, o leitor finalizou a leitura do quinto capítulo. A escrita de frei Manoel de São Caetano seguia à risca a receita de sucesso do folhetim-romance e deixava os leitores curiosos sobre o destino da heroína e o conteúdo da carta escrita por seu irmão. Ao longo do folhetim, são apresentados também os costumes da sociedade da época, a exemplo do uso do gabinete como espaço de leitura e de escrita de correspondência a nos indicar a proximidade das classes médias com o mundo letrado, que emoldurava a sociedade baiana do oitocentos.

Para nosso autor de novelas, sua tarefa como monge escritor estava associada a uma consciência de moral afinada com os princípios religiosos, por isto, a escrita se tornava desafiadora, pois, muitas vezes, “as palavras dos homens são mesquinhas de sentido para exprimir o estalar dos corações que latejam retalhados pela mão do sofrimento”. E, mais uma vez, o tom moralizante do seu texto alertaria as moças contra os amores românticos e sedutores: “paixões fatais, causa de um arrependimento sem fruto, de uma desgraça inevitável”⁸. A trama romântica e o discurso moralizador se fundiam para seguir a narrativa das desilusões amorosas de Fausta.

Nos capítulos que se seguiram, Júlia correu e contou a Emílio que o namoro fora descoberto e aconselhava a sua fuga. Não fosse difícil a situação de Fausta, como resultado do desprezo e da aflição, terminou por contrair pneumonia, sendo obrigada a se mudar para o sítio, local de doces e amargas lembranças. No antepenúltimo capítulo, mãe e filha sofrem os desgostos da perdição e da doença de Fausta, atormentada pela lembrança de Emílio. Na cidade, Tadeu aguardava o desfecho da sua vingança contra Júlia e Emílio, para honrar a sua irmã que fora desgraçada. Salústio, ao receber a carta escrita com “letras de sangue, ditadas pelo desespero” cumpriu as ordens do amigo e patrão Tadeu, assassinando Júlia e capturando Emílio. A história, então, começava a se encaminhar para um desfecho esperado, quando Emílio foi levado ao sítio e forçado a se casar com Fausta. Após um momento de felicidade, a tempestade trazida pela noite anunciava a confusão sobre a família com o assassinato de Fausta por Emílio e o ataque contra Tadeu. No esperado capítulo final, Fausta não resiste aos ferimentos do corpo e da alma e morre, trocando o vestido de noiva e o altar pela mortalha e pelo caixão, enquanto Emílio, enlouquecido, chamava por sua noiva agora cadáver. Não foi por acaso que frei Manoel de São Caetano carregou nas tintas para pintar tal cena de desilusão. O novelista entregava sua pena a uma ação moralizante, que terminava por converter um gênero literário profano também em uma escrita virtuosa.

7. Frei Manoel de São Caetano, **Emílio...**, p. 45-46.

8. Frei Manoel de São Caetano, **Emílio...**, p. 48.

Não sabemos ao certo a recepção de tal leitura e seu impacto ente os leitores baianos oitocentistas, porque não encontramos indícios, como cartas de leitores à redação ou comentários dos monges apreciando a leitura. Somente em 1847, o editor passou a publicar, nas colunas de *O Crepusculo*, as críticas dos leitores em relação às obras literárias ali publicadas. Somente após dois anos de circulação do periódico, o editor estava convencido de que uma coluna de críticas de leitores poderia favorecer a “elucidação de certas questões, a análise de trechos interessantes, os defeitos, e bellezas dos escriptores”⁹.

Observamos, ainda, que as iniciais do monge, S. C. P., apareciam como autoria em mais quatro ensaios publicados em *O Crepusculo*, intitulados “A Amizade”, “O Egoismo”, “A Religião” e “Os sinos” e em uma versão “Marcha da Phiolosophia n’Alemanha”, publicada em *O Atheneo*. De modo geral, apresentavam de três a cinco páginas e eram publicadas em seções do jornal sob o título “Educação”, “Litteratura” ou ocupavam a seção destinada a variedades dentro dos periódicos que ainda não possuíam uma formatação padronizada em colunas. Tais ensaios e versões podem ter sido exercícios de escrita praticados por frei Manoel de São Caetano no tempo de sua formação monástica, tal qual determinava o Plano e Regulamentos de Estudos de 1789, que prescrevia, além da versão, a análise e a composição como um conjunto de práticas de escrita a serviço do aprimoramento do estilo literário dos monges. No conjunto dos escritos, que acreditamos ser da autoria de frei Manoel, predomina uma linguagem clara e o uso de imagens e comparações para exemplificar suas argumentações. Aqueles publicados no jornal *O Crepusculo* possuíam um tom moralizante.

No artigo “A Amizade”, frei Manoel de São Caetano recorreu a exemplos históricos e do cotidiano para refletir sobre os laços de amizade “na grande roda da sociedade”. Associada à ideia de um tesouro, a amizade é entendida como oposta à bajulação e não se vincularia aos bens materiais. Ele cita tanto autores clássicos, como Plutarco e Cícero, quanto modernos, como Thomas Young, além de fazer referências às Sagradas Escrituras. O conselho ressaltado pelo monge é de que o sacrifício feito por um amigo deveria ser justo e razoável a ponto de que o cristão não se tornasse “ignominioso” e destruidor da própria amizade.¹⁰ Já a ausência do amor fraternal levaria ao egoísmo, tema tratado em outro artigo no mesmo periódico e que tem como título o próprio tema.

A princípio de conteúdo moral, o ensaio começa lembrando aos leitores que a síntese da lei divina reside em “Amar a Deos e ao proximo como a nos mesmo”. A falta de atenção a este mandamento significaria uma vida de egoísmo, tornando-se “hum homem insupportavel e odioso a Sociedade”. Neste trecho, o monge ensaísta utiliza uma imagem para exemplificar e convencer o leitor acerca da indiferença do egoísta aos sofrimentos humanos diante da “esposa desvalida apertando no terno seio os tenros filhinhos, que lamentão um Pae injustamente arrancado”. Apesar do apelo à caridade humana diante da situação de uma viúva desvalida, o tema central do texto é o egoísmo que se manifestava “na República Litteraria”, onde o egoísta,

9. *O Crepusculo*, jan. 1847, v. 3, ed. 5, p. 1.

10. Frei Manoel de São Caetano Pinto, “A Amizade”. *O Crepusculo*, v. 2, 25 fev. 1846, ed. 14, p. 24-26.

“disfarçado em crítico”, julgava “qualquer escripto, que se apresent[ass]e em publico, bom, ou máo, de sábio, ou ignorante, o declama[va] em altas vozes, o ridiculariza em ultimo ponto”¹¹. Na opinião de frei Manuel de São Caetano, tal conduta tornava temerário o iniciar-se nas letras. Teria sido o receio das críticas que fez, aos poucos, cessar a atividade da sua pena?

No ensaio “A Religião”, as citações a Gonçalves Magalhães são frequentes, revelando a leitura de *Suspiros poéticos*. A religião é colocada como o bastião da sociedade e organizadora da vida humana, desde “o primeiro embalar do berço até o ultimo suspiro da existência”. A associação entre Religião e Civilização se sustenta nas leituras de Fénelon para quem a moral eleva o homem, e de Necker, para quem Deus seria o “autor de toda a Natureza”. Mais uma vez, as referências de leitura apontam para uma atualização, pois François Fénelon, segundo Márcia Abreu, foi um dos autores mais lidos no Brasil até a década de 1820, em particular, seu livro *As aventuras de Telemaco* (ABREU, 2003). A obra se encontrava, também, na lista dos livros mais solicitados pelos leitores baianos na Biblioteca Pública entre 1855 e 1858.¹²

Sob a inspiração de Jacques Necker, pensador suíço radicado na França onde desempenhou papel de Ministro das Finanças durante a Revolução Francesa, Manoel de São Caetano reafirma o papel da religião ao “manter o homem na obediência devida às leis, e ao Soberano”¹³. Leitor das obras de Necker, o monge beneditino compartilhava a noção de que a religião funcionava como um moderador social capaz de apaziguar os ânimos em conflitos baseado na certeza da recompensa da justiça divina aos virtuosos e garantidores da harmonia. Ainda que o monge não cite a obra, referindo-se apenas ao autor, é possível que ele tenha lido as obras específicas de Necker sobre religião (*De l'importance des opinions religieuses*, de 1788, e *Cours de moral e religieuse*, de 1800).¹⁴ Para frei Manoel de São Caetano, a religião era um “freio” que moderava o povo e, ao mesmo tempo, a autoridade do soberano sem o qual o Estado não existiria. Percebemos, portanto, que a pena beneditina se encontrava aqui também a serviço do projeto reformador dos costumes empreendido pela Igreja Católica no século XIX.

Em “Os sinos”, ainda que, na versão livre, o propósito de frei Manoel seja apresentar curiosidades acerca dos “bronzes”, no Oriente e no Ocidente, bem como seus usos religiosos e cotidianos, como o de orientar barcos e pilotos em dia de tempestade, frei Manoel de São Caetano se respalda na leitura de Chateaubriand para lembrar as “relações secretas” que transformavam em tormentos, ao meio da noite, o tinir dos sinos para a esposa adúltera e para o ateu que ousava escrever sobre a inexistência de Deus.¹⁵

11. Frei Manoel de São Caetano Pinto, “O Egoísmo”, *O Crepusculo*, v. 2, 25 abr. 1846, ed. 18, p. 85-87.

12. **Relatório da Biblioteca Pública da Bahia**, 24 jan. 1856. Relação n. 7; 3 ago. 1858, Relação n. 8.

13. Frei Manoel de São Caetano Pinto, “A Religião”, *O Crepusculo*, v. 2, 25 jul. 1846, ed. 24, p. 183-185.

14. Jacques Necker (1732-1804) integrou um grupo de intelectuais e artistas conhecido como “Grupo de Coppet”, responsável pela transição do iluminismo racionalista para o romantismo através das reuniões em salões no Palácio de Coppet e da publicação de obras que puseram em debate o papel da religião. A atividade deste grupo ocorreu entre o final do século XVIII e início do XIX, sob a direção de Necker e depois de sua filha, Madame de Stael. Defendiam o retorno do aspecto religioso e de sua dimensão moral. Para Necker, Estado e Religião deveriam se manter unidos para manutenção da ordem social. (BARROSO, 2017).

15. Frei Manoel de São Caetano Pinto, “Os sinos”, *O Crepusculo*, 10 jun. 1846, ed. 21, p. 140-141.

Em outra versão, intitulada “Marcha da Philosophia n’Alemanha”, frei Manoel de São Caetano examina a trajetória histórica da filosofia clássica alemã sob o pretexto de responder como a Filosofia passou de “escrava” da Teologia a “soberana”. Para este efeito, o monge parte da Reforma Protestante e do papel de Lutero e de Calvino, para os filósofos idealistas do século XVIII e XIX, citando as contribuições de Kant, Fichte e Hegel na reaproximação do mundo com o elemento religioso, como uma reação ao sistema filosófico francês que teria afastado o homem de Deus. Para o beneditino, a filosofia francesa foi responsável pelo distanciamento do homem em relação a Deus, na medida em que forjou a “identidade do eu” diante da noção de liberdade de cada indivíduo, limitada pelo ideal de civilização, ao passo que, na religião, cada crente se veria unido a outros pela noção de “comunhão dos santos”. Dessa forma, a filosofia alemã reabilita o papel de Deus no seio da sociedade uma vez que tanto a ciência quanto a religião buscam “a ordem moral do mundo”¹⁶. Esse reordenamento do mundo pela moral se dava através da educação, da imprensa, dos romances.

Na escrita da novela-folhetim e na dos artigos, ensaios e versões, as referências de leituras do frei Manoel de São Caetano são assinaladas nas citações de obras e de autores clássicos e contemporâneos. Em sua maioria, os livros lidos pelo monge se encontravam na área de Belas Letras, a exemplo das obras nacionais *Suspiros poéticos*, de Gonçalves Magalhães, *Poesia*, de Demétrio Cyriaco Tourinho, e *O verdadeiro amor*, de Francisco Manoel; das obras portuguesas como *Ecos a Narciso*, de Antonio Feliciano de Castilho, *Adosinda e Dona Branca*, de Almeida Garret, *Sonetos*, de Bocage; e de obras francesas, como o *Judeu Errante*, de Eugène Sue. Sue, ao lado de Alexandre Dumas, foi um autor muito lido no Brasil, no século XIX. Além de *Judeu Errante*, mais dois romances, *Os mistérios de Paris* e *Os sete pecados capitais*, aparecem na lista dos livros à venda anunciados pelo jornal *A Verdadeira Marmota*, entre os anos de 1851 e 1852 (AUTOR, 2017:115). Os romances franceses, originais ou traduzidos, tinham destaque nessas listas. Trata-se, portanto, de uma coexistência de leituras clássicas, a exemplo de Plutarco e Cícero, e contemporâneas, como François-René Chateaubriand, Eugène Sue e Alexandre Herculanio. Além do contato com os livros de autores franceses e portugueses de Belas Letras, a leitura de Filosofia e, em particular, da filosofia clássica alemã de Kant a Hegel são indícios de que frei Manoel de São Caetano extrapolava, em certa medida, as leituras recomendadas pelo Plano e Regulamento de Estudos de 1789, dando lugar à fruição de obras de literatura e de filosofia contemporânea.

O romancete *O legado da hora extrema*, escrito por frei Marianno de Santa Rosa de Lima

Ainda na prosa, um segundo caso de escrita beneditina é o do folhetim *O legado da hora extrema*, de frei Marianno de Santa Rosa de Lima. Frei Marianno era filho de família nobre.

16. Frei Manoel de São Caetano Pinto, “Marcha da Phiolosophia n’Alemanha”, *O Atheneo*, ed. 9, 1849, p. 168-170. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

Seu pai era Antônio Teixeira de Freitas, barão de Itaparica, e sua mãe, Rosa de Lima Teixeira. Nasceu na Bahia, em 1824, e foi batizado Marianno Teixeira de Freitas. Tinha um irmão mais velho, Augusto, que seguiu a carreira jurídica. Após a morte dos pais, Marianno entrou para o mosteiro de São Bento e, depois, pediu secularização, assumindo a paróquia de São José da Barra do Santo Sé. A atuação literária de frei Marianno, ao longo dos anos de 1846 a 1852, foi muito proeminente, com a tradução da primeira parte da obra *O genio do Cristianismo*, de Chateaubriand, e a colaboração nos periódicos *O Musaico* e *O Atheneo*; a redação do periódico *O Romancista*, com 24 números, e de *O Noticiador Catholico*, no período de 1848 a 1850. Além das obras citadas, Salles (1973) atribui ao frei Marianno a autoria do romance *O amante assassino*, publicado como anônimo, em 1846. Destaca, ainda, as boas relações do monge com “as figuras mais salientes da Bahia”, tanto religiosas como o arcebispo D. Romualdo quanto literárias, a exemplo de Sacramento Blake (Salles, 1973, p. 96). Aliás as notas biográficas e bibliográficas apresentadas por Salles foram coligidas de Blake. No entanto nenhum dos autores informa quando foi o ingresso do frei Marianno no mosteiro e nem quanto tempo permaneceu na condição de monge.

Sabemos que, em 1845, frei Marianno foi listado entre os colegiais beneditinos pelo *Almanaque*¹⁷ e dois anos depois, em 27 de agosto, o monge escreveu ao presidente da província Antônio Ignácio de Azevedo, agradecendo o patrocínio na publicação de sua obra *Ensaio sobre a constituição da divina igreja*. A subscrição de duzentos exemplares foi atribuída ao caráter “sabio e ilustrado” do governante.¹⁸ Assim, admitimos que as obras publicadas entre 1845 e 1847 podem ter sido escritas no mosteiro e sob inspiração das leituras compartilhadas. Segundo Blake, frei Marianno “escrevia com a maior facilidade e sem fazer correções”. As obras publicadas neste biênio foram: as traduções de *O gênio do Cristianismo*, de Chateaubriand (1845); *As sombras de Descartes, Cousin, Kant e Jouffroy* (1846); *Ensaio sobre a constituição divina da Igreja, oferecido aos christãos, como preservativo nas actuais circunstances por um vigário geral* (1847); *Espirito da Bíblia ou moral universal christã pelo abade A. Martini*. Na categoria romance, frei Marianno publicou *O amante assassino* (1846) e editou *O Romancista*, periódico recreativo “para as senhoras bahianas” (1846).¹⁹

17. **Almanaque Civil Politico e Comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845.**, p. 273-275. Fazia parte da turma de colegiais, dentre outros, os monges Manuel de São Caetano, Francisco da Natividade, Joviniano de Santa Delfina e Domingos da Transfiguração os quais tiveram suas escritas analisadas ao longo da pesquisa de Doutorado. Trata-se de uma geração que se dedicou às letras dentro e fora do cenóbio, buscando reavivar o carisma da ordem beneditina compreendida por eles como a dedicação a uma vida literária, seja através dos sermões, das aulas e da literatura.

18. CARTA do frei Marianno de Santa Rosa ao presidente da província da Bahia, Antônio Ignácio de Azevedo, datada de 27 de agosto de 1847. **Correspondência recebida de religiosos do Mosteiro de São Bento 1827/1882.**

19. BLAKE, Augusto Victorino A. Sacramento. **Dicionário Bibliográfico Brasileiro**. v. 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900, p. 240-242. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em 9 mar. 2017. A atribuição das datações e a autoria de muitos escritos anônimos e sem data foi conferida ao Padre Marianno por Blake, “contemporâneo da geração buliçosa”, que através de seus periódicos *A Borboleta* (1848-1849) e *O Atheneo* (1849-1850) foi divulgador dos escritores e das agremiações literárias da época. Formado na Faculdade de Medicina da Bahia, sua dedicação à Literatura revelou-se na produção do dicionário, aqui usado como fonte, e na escrita de poemas e romances. Ver: SALLES, **Primeiras manifestações da Ficção na Bahia...**, p. 55-56.

O “romancete” *O legado da hora extrema* foi escrito em janeiro de 1850 e publicado no periódico *O Atheneo*²⁰, datado e assinado por “Padre Marianno”. Julgamos importante analisar esta obra por várias razões. Em primeiro lugar, devido ao fato de ser considerada uma das obras precursoras do romance como gênero literário que se popularizou no Brasil com o desenvolvimento do Romantismo, no século XIX. Segundo, por não termos encontrado as obras referentes ao período em que ele esteve no mosteiro. Em terceiro lugar, porque acreditamos que as traduções serviram como ensaios que inspiraram a escrita das obras posteriores. Ainda que o formato inicial do romance *O legado da hora extrema* fosse de folhetim, publicado nos jornais que circulavam abundantemente nesta época, Salles nos lembra que o fato de tomar como marco apenas o livro levou a uma falsa ideia de escassez de escrita de ficção na Bahia oitocentista. Para o autor, considerar o papel dos jornais como “grande divulgador e formador do público para a forma ficcional” pode favorecer a inclusão da Bahia no cenário das produções literárias românticas. (SALLES, 1973:11-15)

Marlyse Meyer partilha a mesma opinião, pois, graças aos folhetins, circularam no Brasil obras estrangeiras e nacionais, transformando o folhetim não apenas em um formato garantidor da vendagem das obras por fascículos, que cobriam as despesas tipográficas de sua impressão, mas também permitindo a definição do romance como gênero, ao propiciar que os jovens escritores experimentassem a escrita em prosa ficcional e se familiarizassem com a repartição em capítulos, apresentando a narrativa em bocados aos leitores ávidos em decifrar as tramas nas quais se envolviam os personagens (MEYER, 2005: 303-315). Como, durante muito tempo, os folhetins não foram enquadrados na categoria de romances, criou-se a falsa impressão, como destacou Salles, de que a Bahia fosse desprovida de escrita de ficção.

A produção literária do frade e depois padre Marianno pode ser considerada face à efervescência literária baiana e, talvez, sua saída do claustro seja um fator revelador de como a disciplina e o controle da leitura, de certa forma, limitavam sua escrita. Ao assumir a condição de clérigo diocesano, sua liberdade se expressou no fato de assinar as obras como, por exemplo, em *O legado da hora extrema*, que conta uma história muito similar à de Emílio. Os quatro personagens são Porcina, a heroína, “rica em formosura e inocência”, a mãe de Porcina, o sedutor chamado Fernando e o Padre F. A trama se passava em um sítio na beira da estrada que ia de Maragogipe para o sertão. Porcina vivia feliz em seu sítio e, após conhecer o amor, ficou triste com o desprezo do amante. A pomba, companheira da moça, passou a sentir falta de sua alegria e se entristeceu com o seu sofrimento. Abandonada por Fernando, a heroína se desesperou ao saber que “Era Mãe! E só nas lágrimas achava conforto”. Ainda na mesma passagem, a descrição do ambiente emoldurava o episódio de sua aflição: “A noite vinha caindo sobre a terra. Seu manto escuro principiava a envolver a última claridade do dia. Por toda parte se revelava a imensidade do Supremo artífice da natureza...”²¹. Ao receber o padre em sua choupana, Porcina

20. Além de consultarmos a edição digital de *O legado da hora extrema* em **O Atheneo, Periódico Científico e Literário**. 15 fev. 1850, ed. 10, p. 188-190, consultamos, também, a edição fac-similar publicada e comentada na obra: SALLES, **Primeiras manifestações da Ficção na Bahia...** Para nossa análise, utilizamos a edição fac-similar.

21. Frei Marianno, **O legado da hora extrema**, edição fac-similar publicada e comentada por SALLES, **Primeiras**

confessou “amei, e fui traída”, pediu misericórdia e entregou a pomba, sua amiga inseparável, como seu “único legado”.

A morte de Porcina, provocada pelo desgosto, entristeceu sua mãe que também faleceu, deixando a cabana abandonada na estrada como testemunha da história desoladora, assim como o testemunho do padre, que passou a cuidar da pomba. Na opinião de Jackson Ferreira (2008), é provável que Porcina tenha cometido suicídio, recorrendo à abstinência alimentar, uma vez que, segundo o autor, ela teria implorado por misericórdia na hora da extrema-unção. Ainda de acordo com Ferreira, muitos suicídios, no século XIX, tiveram como motivação a desilusão amorosa e, por isto, os romances foram considerados culpados pelo desordenamento moral da sociedade baiana. Para combater a proliferação dos “romances amatórios”, a escrita de uma literatura de viés moralizante conquistou espaço, pois, “ao escrever folhetins, onde os protagonistas tinham finais trágicos, frei Marianno e seus contemporâneos estavam se contrapondo aos romances e poemas que enalteciam as paixões amorosas e a atração pela morte, combinação explosiva na opinião de muitos.” (FERREIRA, 2008: 15)

Do mesmo modo que *Emílio, O legado da hora extrema* se reveste de um tom moralizante no qual a pomba poderia ser o símbolo da pureza perdida. Mas, de forma distinta, a história contada no segundo romance assume um caráter psicológico, particularidade da pena de Marianno, que se revelou também no folhetim *O chamado do céu*, publicado em 10 de abril de 1849, no *Atheneo*. Ainda mais curto e com uma proximidade do texto poético, conta a história da donzela Jovita que morreu após um sonho místico. Além da moça, figura no folhetim o padre confessor.²² A morte desgostosa foi revelada em sonho.

Frei Marianno faleceu em 1853, aos 29 anos. No necrológio do *Noticiador Catholico*, periódico do qual foi um dos fundadores e colaborador, o beneditino foi lembrado pela habilidade de sua pena e por sua “morte prematura e infausta”, que causou muita consternação. Morreu vítima “das febres” da região do Rio São Francisco, quando visitava a vila de Pilão Arcado. A vida conturbada do padre foi apresentada, salientando-se sua origem nobre, seu interesse pelas letras e sua passagem pelo mosteiro onde não encontrou, “no claustro os necessarios meios de dar ao seu entendimento todo o alimento da instrução que ambicionava”. O necrologista dá a entender que a decepção com a vida monástica o teria levado a adoecer. Por isto, pediu secularização e buscou concluir seus estudos em Teologia, tendo se candidatado a pároco da freguesia no interior. A decisão de abandonar a capital seria um remédio para “sua alma [que] se comprasia quando ele contemplava, longe do tumulto e do malicioso refofamento das grandes cidades, a singeleza e ingenuidade dos habitantes do campo”. Mas, ao mesmo tempo, sentia saudades da efervescência dos círculos intelectuais que frequentava, pois “seo espirito sentia o vácuo das sciencias, em que desejava aprofundar-se e as veses cruel desgosto parecia esmagal-o, como o confessava nas suas cartas particulares”.

A lembrança da morte do frei Marianno no jornal ao qual dedicou os últimos anos de

manifestações da Ficção na Bahia..., p. 98.

22. *O Atheneo*, ed. 2, [1849?], p. 29-31.

sua vida, terminava rogando aos leitores “o suffragio de suas orações por alma daquele, cujas palavras muitas vezes o distrahirão das aflições desta miserável vida; e que nos perdoem a rapidez com que traçamos estas linhas por entre os sentimentos da mais viva dor”²³. Um mês depois, o *Noticiador* trouxe a publicação de um soneto glosado no qual se enaltecia a figura do padre Mariano e se lastimava a sua morte prematura. A homenagem foi realizada pelo redator do *Constitucional*.²⁴ A vida do padre Marianno foi tão conturbada quanto as obras de ficção das quais foi autor, eivadas de subjetividade, se tornava, aos poucos, românticas.

A escrita de “prosa de ficção” na Bahia oitocentista e a construção de modelos estéticos e morais

A escrita da “prosa de ficção”, seja nos folhetins publicados nos jornais seja em suporte de livro, que terminou por determinar seu gênero, seguia um modelo. Segundo Salles (1973), a década de 1840 foi uma época de “efervescência intelectual” que resultou em uma geração de jovens ligados ao mundo das letras – estudantes, religiosos, médicos, políticos e periodistas – que movimentavam o circuito cultural da Bahia com a publicação de suas obras em jornais independentes ou pertencentes a associações recreativas. Ainda que a poesia fosse o gênero tradicional na escrita literária, aos poucos, a prosa de ficção foi conquistando leitores porque era capaz de “recriar a vida de modo verossimilhante, com histórias reconhecidamente fictícias, mas que eram supostas como passadas e acontecidas com personagens que haviam existido” (SALLES, 1973, p. 18-19). Dois grandes modelos orientaram tal escrita. O primeiro modelo moralizante do qual se aproximam os romances beneditinos analisados acima. O segundo modelo era influenciado pelo “teatro de costumes” e se desdobrava em uma narrativa realista mais lenta na qual abundava o uso do diálogo.

O primeiro modelo sofreu diversas influências literárias europeias e enquadrava-se na tendência romântica. No que diz respeito à estrutura, eram romances de dez a trinta páginas, enredados por um conflito, com dimensão do tempo passado e de rápida solução dos conflitos desencadeada pelas “forças do Destino”. A sucessão dos fatos era marcada pelo antagonismo entre herói e vilão e pela existência mínima de quatro personagens: a heroína, o herói, um ente familiar da heroína e o vilão. Tal quesito foi cumprido à risca por frei Mariano e mais dilatado por frei Caetano, que garantiu uma maior complexidade a sua trama com a ampliação do “quadrilátero” dos personagens. O cumprimento do modelo se revelava, ainda no uso de um vocabulário metafórico e de um repertório de figuras de imagens comuns entre os autores, a exemplo de prenciar os conflitos comparando-os com tormentas e tempestades, ao passo que os episódios felizes decorriam em bom e luminoso tempo. No que tange à representação da natureza, figuravam a fauna e a flora nacional, com laranjeiras e sabiás nos pomares e jardins muito distantes dos campos parnasianos. Desse modo, a “cosmovisão” dos autores românticos

23. *Noticiador Catholico*, 26 jun. 1852, ed. 191, p. 25-26.

24. *Noticiador Catholico*, 31 jul. 1852, ed. 193, p. 25-26.

era construída no embate com o leitor, pois comungava um ideal de harmonia mantido pelo reflexo da trama e do perfil psicológico dos personagens nos cenários e vice-versa (SALLES, 1973, p. 19-22).

Além dos aspectos formais, os romances-folhetins seguiam um “velho receituário folhetinesco”, isto é, um padrão de temas a serem abordados. Muitas vezes, os temas emergiam de discursos médicos, processos policiais ou de notícias veiculadas nos jornais. A “tramoia original” de um romance-folhetim surgia de um erro judiciário ou de uma sedução (MEYER, 2005:242). Os folhetins que saíram da pena dos monges beneditinos optaram pelo segundo argumento para a sua escrita. Tanto Fausta quanto Porcina se perderam de amor. No enredo da sedução, outras temáticas, como a maternidade, o casamento como correção do deslize feminino e a loucura pelo abandono são combinadas, de maneira a tornar ainda mais trágica a desventura da sedução. Os folhetinistas beneditinos souberam manejar bem tais enredos, ao apresentarem a gravidez de Fausta e a de Porcina como consequência do amor romântico e o abandono como motor da morte. O casamento como a opção para Fausta, de família rica e irmã de um rapaz de princípios, não é o casamento por amor com o qual a heroína sonhou. O casamento forçado com Emílio seria um reparador social, daí porque teria alcançado um final trágico com a morte violenta de Fausta e a loucura do noivo.

Para uma “sociedade burguesa fundada sobre o casamento”, como assevera Meyer (2005:250), o romance-folhetim se torna um instrumento moralizador, reafirmando a honra e a virgindade como virtudes obrigatórias para a manutenção de uma moralidade pública. A mulher era uma peça chave nas engrenagens da ação caritativa da Igreja e nas relações familiares, ao assumir o papel de esposa e mãe diante de uma sociedade que se secularizava aos poucos. Embora houvesse romances com finais felizes, a regra, de acordo com Meyer (2005), era uma maior circulação dos romances-folhetins apresentando, além dos temas que já foram citados acima, mulheres adúlteras que colocavam em risco a harmonia da vida burguesa pautada no casamento. Como gênero, foi responsável também pela garantia de lucros aos diretores de periódicos que viam na fórmula de exploração da realidade social, inclusive com destaque para o crime e a violência, um importante meio para aumentar o público ao qual se destinava tal literatura.

Sobre o possível público-alvo dos romances escritos pelos monges beneditinos compartilhamos as considerações de Salles (1973) para quem o caráter exemplar e moralizador dos romances brasileiros e baianos da primeira metade do século XIX fez crer que se destinavam “à jovem mulher”, para mantê-la afastada do amor individualizado proposto pelo ideário burguês, que negava os interesses coletivos da família para a qual o casamento das moças se tornava um brinquete social e político. O romantismo brasileiro se revestiu de um matiz particular ao construir personagens que se debatiam diante da escolha pessoal e da vontade patriarcal. Na opinião de Adriana Reis (2000), o Segundo Reinado, no Brasil, foi portador de um novo modelo de comportamento para as mulheres, na Bahia, em que a literatura ganhou um grande destaque. Nos salões, nos jornais ou no teatro, a circulação das novas ideias e hábitos sobre leituras, passeios, bailes e lojas foi incentivada nos romances e, ao mesmo tempo, rebatida na imprensa e nas

teses da Faculdade de Medicina, onde se buscava forjar um novo padrão para a vida feminina. O discurso católico combatia as novas formas de sociabilidade que se apresentavam como padrão de civilidade, veiculado nos periódicos e fazia isto em defesa da moralidade pública ameaçada pelo mau comportamento em templos e cerimônias religiosas, que levaram, por exemplo, à extinção das novenas noturnas.

No que tange à leitura destinada ao público feminino, para o qual, como já destacamos, se voltava também a escrita beneditina, a leitura de determinados periódicos, de folhetins e de romances filosóficos era considerada perigosa por exaltar a imaginação e divulgar ideias contrárias à Igreja. Ainda na opinião de Reis (2000), D. Romualdo vislumbrava a solução de tais conflitos “na educação da mocidade, sobretudo do sexo feminino” para o que foi fundado o Colégio Nossa Senhora dos Anjos, em 1853, sob a administração das irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo. Também os médicos não viam com bons olhos a leitura dos romances pelas mulheres, em razão do excesso de fatos amorosos e paixões desvairadas que colocavam em risco a saúde feminina tanto física quanto moral. Na lista de condenação dos médicos, constavam o espartilho, o perfume, o baile e a leitura como responsáveis por causar doenças nervosas. No manual de educação dedicado à sua filha Cora, o Dr. Lino Coutinho partilhou as leituras e interpretações de um mundo marcado pela definição do papel feminino subordinado ao homem, tanto na visão de Igreja, com argumentos moralizantes, quanto na visão da medicina, com argumentos higienistas. A análise do manual, empreendida por Adriana Reis, é um bom exemplo de como o contexto de proliferação dos jornais na Bahia do século XIX desencadeou o debate acerca do tema (REIS, 2000: 89-94). Deste debate, participaram, de forma direta ou indireta, as penas beneditinas ao se alinharem ao discurso de moralidade pública da Igreja, colocando seus escritos a este serviço e conferindo-lhes tons moralizantes, como já observamos.

Na busca de imitar a vida, os episódios eram narrados, no romance, seguindo a dinâmica do tempo tal qual a vida de verdade. Ainda que os romances *Emílio* e *O legado da hora extrema* se aproximem de uma feição quase pedagógica ao exagerarem na exemplaridade e na correção dos costumes, não podemos perder de vista que os romances possuíam, também, um sentido que era o de divertir. Para Salles, os romances oitocentistas eram “decalcados de modelos europeus já ultrapassados; mas como decalques da Europa, forneciam a novidade, ‘civilizantemente’, a ênfase dos bons princípios morais vigentes no lado conservador da sociedade” (SALLES, 1973: 27). Preparado o caminho pelo romance-folhetim, surgiu o segundo modelo para a prosa de ficção no Brasil extremamente influenciado pelo teatro e pela complexidade dos personagens, a exemplo de *A moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, na segunda metade do século XIX. Como os exemplos enquadrados por Salles neste segundo modelo não são objeto de nossa análise, mencionamo-los aqui somente com o propósito de entender que a prosa romântica foi se constituindo ao longo do século XIX a partir destes dois padrões de escrita.

Tal perspectiva moralizante não dominava apenas aqueles envolvidos na realização e circulação dos romances, estando presente, também, naqueles que criticavam a produção literária do oitocentos. Para eles, o crivo de apreciação das obras deveria passar, também, pela capa-

cidade do romance de instruir o leitor, de maneira a permitir a transmissão e a manutenção de um padrão moral baseado na correção dos pensamentos e das atitudes. De acordo com Andréa Müller (2013), ainda que os critérios moralizantes tenham sido empregados em outras épocas, somente no século XIX a moral passou a ser adotada como parâmetro avaliativo da literatura. A discussão em torno da validade de uma obra literária não estava mais no círculo fechado de literatos e críticos, passando também a mobilizar médicos, religiosos e jornalistas. Diante da profusão e circulação dos impressos no século XIX, os romances passaram a ser limitados por apreciações não apenas artísticas do estilo ou da construção do enredo, mas também pelos exemplos que transmitiam ao contar histórias de adultério, como no caso de *Madame Bovary*. Em razão disto, em 1860, os romances de Flaubert e de outros autores foram incluídos nas listas de censura da Igreja Católica ao lado de obras filosóficas e teológicas, por contrariarem os princípios e dogmas religiosos vigentes.

Müller aponta, ainda, que não foi apenas a Igreja a proibir a circulação de romances e usa o caso da proibição da obra de Flaubert, pelo Ministério Público, na França, para explicar de que forma a literatura estava a serviço da “moral pública”. O termo “moral pública” era muito amplo e surgiu, em 1819, na França, no corpo de uma lei que determinava a punição daqueles que a ultrajassem através de impressos de toda natureza, uma vez que os romances passaram a imprimir estampas para ilustração das cenas. Moral pública e moral religiosa eram praticamente termos equivalentes na sociedade oitocentista, na França e, também, no Brasil. Ao enfatizar a percepção do termo moral pública para os “homens de letras”, Müller lembra que seu uso estava vinculado “estritamente a situação ligada ao comportamento sexual e às relações conjugais e familiares, outros estendiam-no a questões políticas”. (MÜLLER, 2013:102-105)

Diante do quadro exposto pela autora, não foi fácil o processo de afirmação do romance como gênero literário e, sobretudo, a superação das acusações que sofria por parte dos religiosos, que o viam como leitura sem utilidade e danosa às mulheres. No contexto brasileiro, as polêmicas entre a moral, o romance e o teatro foram acompanhadas de perto pelo público, em razão da circulação das obras europeias, em particular, as francesas, e da repercussão das críticas. Como já indicaram Salles (1973) e Meyer (2005), Müller (2013) salienta que a prosa ficcional nacional tomou como modelo a produção literária estrangeira, predominando no Brasil a mesma crença na influência da literatura sobre os costumes do povo. Antes de qualquer coisa, a narrativa era avaliada pela capacidade de “instruir e moralizar o leitor” (MULLER, 2013:119). Os comentários e críticas sobre a produção literária no Brasil se tornaram mais sistemáticos, a partir da década de 1840, apesar de Müller informar que, em 1812, foi publicada uma crítica sobre *Atala ou os amantes do deserto*, de Chateaubriand. Tratava-se de uma tradução portuguesa que fora exaltada, pelo crítico anônimo, como uma das poucas novelas que defendiam os princípios morais da religião católica.

Ao lado dos críticos que condenavam os romances que não tivessem um tom moralizante existiam também críticos favoráveis à circulação e leitura de romances baseados na mesma concepção da literatura como instrumento de instrução e de influência sobre os leitores.

Adepto desta visão positiva, Müller destaca o exemplo de Valdez Y Palacios, jornalista peruano radicado no Brasil, para quem a publicação de *Mistérios de Paris*, da autoria de Eugène Sue, deveria garantir ao público brasileiro não apenas a fruição de uma obra literária, mas, também, a conscientização diante da realidade em que vivia o povo francês, levando os brasileiros a refletirem sobre seus problemas sociais. Tendo o quesito moralidade como crivo para a análise da produção de ficção de autores nacionais e estrangeiros que circulava no Brasil, alguns manuais de História Literária do século XIX, a exemplo do publicado pelo cônego e professor do Colégio Pedro II, Fernandes Pinheiro, classificava como bons romances as obras de Madame de Staël e de Chateaubriand ao passo que as de Dumas, Sue, Balzac e Hugo eram consideradas maus romances. O cônego carioca preferia as imperfeições do estilo às carências de moral verificadas por ele em muitas obras literárias que circulavam no Brasil.²⁵

Conclusão

Nesse sentido, as análises realizadas até aqui, nos permite considerar que o jornal favoreceu a publicação de jovens autores e a maior difusão do gênero romance-folhetim na Bahia do século XIX e que os monges beneditinos que entregaram suas penas à escrita folhetinesca não seguiram o modelo do romance-folhetim apenas no seu aspecto formal, mas também foram fiéis na adoção dos enredos regados a paixões desiludidas e perdições com heroínas desafortunadas por se afastarem do amparo familiar e do caminho da religião.

Além disso, percebemos que o enquadramento das escritas literárias dos monges de São Bento no gênero romance-folhetim estava atrelado a uma dimensão estética em voga na Bahia oitocentista e ao mesmo tempo a uma dimensão religiosa ao conceber o romance como uma leitura capaz de instruir o público, em especial o público feminino.

Fontes manuscritas e impressas

A Ephoca Litteraria, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

APEB. Colonial e Provincial, série 118, Religião, Maço 5275: **Correspondência recebida de religiosos do Mosteiro de São Bento 1827/1882**. doc. 5.

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 6, p. 240-242. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>>. Acesso em: 9 mar. 2017.

Dietario do Mosteiro de São Bento da Bahia, v. 2. Edição diplomática (1815-1934?). Anna Paula Sandes de Oliveira. TCC Instituto de Letras/Universidade Federal da Bahia. Orientação

25. Fernandes Pinheiro, **Curso Elementar de Literatura Nacional**, p. 127-128.

Alicia Duhá Lose. 2010, fl. 113. No prelo.

ENDRES, José Lohr (D.). **Catálogo dos Bispos Gerais, Provinciais, Abades e mais cargos da Ordem de São Bento do Brasil: 1582-1975**. Salvador: Beneditina, 1976.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA. **Almanaque Civil Político e comercial da cidade da Bahia para o ano de 1845**. Ed. Facsimilar. Salvador: A Fundação, 1998.

O Atheneo, Periódico Científico e Litterario (1849; 1850). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

O Crepusculo periódico instructivo e moral do Instituto Literario da Bahia (1846; 1847). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 8 mar. 2017.

O Noticiador Catholico. (1848-1852). Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes. **Curso Elementar de Literatura Nacional**. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, 1862.

Relatório da Biblioteca Pública da Bahia, 24 de janeiro de 1856. Disponível em: <<http://www-pps.crl.edu/brazil/provincial/bahia>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas/SP: FAPESP, 2003.

AUTOR, 2017.

BARROSO, Marco Antonio. A formação de Benjamin Constant, o Grupo de Coppet e a Religião na França Revolucionária. **Revista Último Andar**, n. 24, p. 36-53, dez. 2014. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/21519>>. Acesso em: 28 abr. 2017.

FERREIRA, Jackson. Romances amatórios: literatura e suicídio na Bahia nos meados do século XIX. **Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, ano V, n. 3, jul./ago./set. 2008.

MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MÜLLER, Andréa Correa Paraiso. Moral e arte literária no século XIX: o romance sob suspeita. **Polifonia**, Cuiabá, v. 20, n. 28, p. 101-131, jul./dez. 2013.

REIS, Adriana Dantas. **Cora: lições de comportamento feminino na Bahia do século XIX**. Salvador: FCJA; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

ROCHE, Daniel. As práticas de escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011

SALLES, David. **Primeiras manifestações da ficção na Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1973. (Coleção Estudos Baianos, 7).

Submetido em: 30/09/2020

Aprovado em: 29/11/2020